

Aqui, tudo o que você queria saber e não era contado.

- Trecho pinçado do capítulo inédito do livro "O Eixo do Mal", que será lançado em 2011 pelo editor. Reserve seu exemplar, R\$ 50,00, através do e-mail polibio.braga@uo.com.br

No Rio Grande do Sul, a ala trotskista do PT, a Democracia Socialista, mais conhecida como DS, radicalizou nos métodos de arrecadação ilegal de campanha, indo muito além do que fez o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, que parece ter se limitado às práticas ilegais denunciadas no Mensalão Gaúcho, conforme processos concluídos em Juízo; e na CPI da Segurança Pública, cujo relatório final desvendou a rede de malfeitorias montada pelo Clube da Cidadania junto aos barões gaúchos da jogatina.

Entre o final dos anos 90 e até a metade da década dos anos 2.000, a DS do PT do Rio Grande do Sul financiou suas atividades e dos seus principais líderes, sob o comando dos dois principais líderes, os Deputados Raul Pont e Elvino Bohn Gass, com dinheiro obtido junto a empresas e escritórios de advocacia, lavagem subsequente dos recursos, revenda de selos das quotas de seus parlamentares e sobretudo desvio de dinheiro público, obtido através de cobranças de diárias frias, com apresentação de notas sem lastro, além de confisco de salários de servidores.

Isto tudo foi denunciado pelo principal protagonista e vítima de todo o episódio, o ex-Tesoureiro da DS entre 1998 e 2005, Paulo Salazar. Ele apresentou provas e testemunhas na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, no Ministério Público Federal, na 4ª. Delegacia de Polícia de Canoas, na Justiça do Trabalho e na Justiça Estadual. A Juventude do PSDB do Rio Grande do Sul foi ainda mais longe. No programa da TVE das 21h30m, no dia 9 de junho de 2009, os jovens tucanos informaram que no Ministério Público de Contas e na OAB protocolaram pedidos de investigações sobre as denúncias de Salazar.

Apenas na Justiça do Trabalho o caso foi até o final, com vitória para Paulo Salazar. Ali ele obteve um acordo pelo qual a organização “Em Tempo”, braço ongueiro da DS, de Pont e de Bohn Gass, concordou em indenizar o ex-Tesoureiro da DS.

Nada mais foi adiante.

A Assembléia Legislativa negou-se por três vezes seguidas, oficialmente, a acolher as denúncias contra os Deputados Raul Pont e Elvino Bohn Gass. Os reiterados pedidos de oitiva feitos pelo Deputado Pedro Pereira, do PSDB, a partir de 6 de abril de 2009, rejeitados repetidamente pelo Deputado Fabiano Pereira, Presidente da Comissão de Serviços Públicos, só foram ouvidos depois de parecer memorável do Deputado Paulo Oddone, exarado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Ainda assim, a Comissão de Serviços Públicos não encontrou agenda para o depoimento.

No Ministério Público Estadual e na Polícia, procuradores e delegados sucedem-se no comando das investigações e nada avança. A 4ª. Delegacia de Polícia sentou em cima do inquérito, depois de ter decidido abrir uma nova linha de investigações para apurar o assassinato de Milton Kruger, desta feita de caráter político. Nada vazou. A ordem de cima foi para manter segredo total. No Ministério Público Estadual, Paulo Salazar foi ouvido pelo Procurador Cesar Faccioli por 2h40m, as 15h do dia 18 de agosto de 2008, conforme termo de Declaração 175/2008. O Procurador instalou na sede da Defensoria do Patrimônio Público o procedimento investigatório 143D08. Cesar Faccioli foi substituído no caso pelo Procurador Gilberto Messa. Nos dois anos seguintes, tudo seguiu em sigilo completo. Um manto de silêncio envolveu as investigações.

Até que o caso veio a público no início de 2008.

Ao buscar reparação pelos prejuízos materiais e abalo moral na 16ª Vara Cível do Foro Central de Porto, onde o Advogado Fabiano Coulon ajuizou no dia 14 de novembro de 2008 o processo 10801965571, o escândalo finalmente tornou-se público. Na ação, Paulo Salazar pede indenização de R\$ 445 mil.

O cálculo para quantificar o total da indenização pedida ao PT e aos Deputados Raul Pont e Bohn Gass foi formatado desta forma:

- R\$ 238 mil decorrentes de empréstimos e dívidas de cartão de crédito feitos em suas contas e jamais honrados, embora realizados em benefício das campanhas protagonizadas pelo PT, mais os salários confiscados durante os sete anos em que trabalhou nos gabinetes dos Deputados Raul Pont e Elvino Bohn Gass. O calote da DS ocorreu em oito cheques que não foram honrados, no valor total de R\$ 37.500,00, mais R\$ 30 mil em empréstimos não pagos.

- 500 salários mínimos de indenização por prejuízos materiais, como abalo de crédito, e danos morais.

Os dois Deputados da DS chegaram a comemorar a sentença proferida pela Juíza Andreia Terre do Amaral no dia 2 de setembro de 2009, mandando arquivar o processo, já que a magistrada considerou prescrita a ação, mas o Advogado Fabio Coulon recorreu ao Tribunal de Justiça, que no dia 23 de novembro de 2010, mandou reabrir o caso.

No seu blog do dia 13 de setembro, Bohn Gass passou uma mensagem delirante sobre a decisão da Juíza Amaral: "Justiça põe fim à calúnia contra Bohn Gass e Pont". Os dois Deputados não agüentavam mais a pressão e mantiveram daí para a frente a falsa versão de que o processo tinha transitado em julgado e ambos foram absolvidos.

As pressões da mídia, dos políticos governistas e da mídia tornaram insuportável o ambiente político para os dois Deputados da DS, mas seus companheiros trataram de ampará-los e blindá-los. No dia 16 de setembro de 2009, a Deputada Maria do Rosário, companheira de chapa de Raul Pont na disputa de 2004 pela Prefeitura de Porto Alegre, portanto beneficiária dos esquemas administrados pela Tesouraria da DS, encontrou-se no plenário da Assembléia com o Deputado Bohn Gass e tentou erguer sua visível baixa estima do momento:

- Não te mixa, Elvino.

A Deputada Maria do Rosário tinha ido até a Assembléia para entregar ao Deputado Miki Breier, do PSB, um documento em que buscava apoio para o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela foi a candidata a Vice-Prefeito na chapa de Raul Pont em 2002. Paulo Salazar denunciou que para essa campanha movimentou R\$ 400 mil de “dinheiro não contabilizado” e que Pont e Maria do Rosário sabiam da existência do Caixa 2. Ambos negaram tudo. Na eleição seguinte, 2006, Maria do Rosário foi a candidata. Nos dois pleitos, o PT resultou derrotado por José Fogaça, do PMDB.

As provas e testemunhas amalhados pelo ex-Tesoureiro da DS, Paulo Salazar, são mais do que robustas. Este homem conviveu com as mais importantes lideranças da DS e do PT durante sete longos anos, exercendo posições chaves, a principal das quais foi a de Tesoureiro, portanto o homem que lidou com o dinheiro.

Paulo Salazar ingressou no gabinete do Deputado Bohn Gass em março de 1999, recebendo R\$ 950,00 da Assembléia do Estado, mas ao mesmo tempo foi contratado como Gerente, com carteira assinada, pela Associação Em Tempo, ONG controlada pela DS para abrigar e administrar formalmente a fração DS dentro do PT. O dinheiro da organização Em Tempo, R\$ 2 mil por mês, foi tudo o que o sustentou a partir daí.

A partir de março de 1999 e até fevereiro de 2005, quando foi demitido, todo o dinheiro público que recebeu como servidor da Assembléia do Rio Grande do Sul, até mesmo os vales-refeição, foi devolvido aos gabinetes onde trabalhou, os de Bohn Gass e Raul Pont, 24 horas depois de sacados.

Os bons serviços prestados por Paulo Salazar foram rapidamente percebidos pelos líderes da DS e apenas oito meses depois, no dia 19 de outubro de 1999, saiu sua nomeação para Assessor I, padrão CCPL-2, um Cargo em Comissão dos mais disputados na Assembléia, onde seu salário pulou para R\$ 4.800,00 por mês. É claro que ia tudo para a caixinha do gabinete. Em 2002, o Deputado Bohn Gass indiciou seu fiel

auxiliar para Coordenador de Infraestrutura da campanha dele e de Raul Pont a Deputado Estadual. O ano de 2003 começou com Paulo Salazar lotado no gabinete do Deputado Raul Pont. Em 2004, foi a vez de entrar com tudo na campanha de Pont para Prefeito de Porto Alegre. Somente nesta campanha, ele levantou R\$ 250 mil em empresas e escritórios de advogados. A revista *Vehja* de 17 de setembro de 2008, informou que Paulo Salazar “recolhia malas em empresas de bebidas, laticínios, material esportivo e até em sindicatos, tudo por fora, tudo caixa dois”. Na condição de Tesoureiro da DS, recebeu doações, lavou dinheiro, tomou empréstimos e acabou contaminando sua conta corrente e seu cartão de crédito.

As agruras financeiras que contaminaram suas contas pessoais, decorrentes da má gestão da campanha municipal do PT em 2004, acabaram opondo Paulo Salazar aos líderes da DS. Em função disto, ele foi demitido do gabinete de Raul Pont em fevereiro de 2005, mas como era um arquivo vivo, a DS e o PT trataram de pedir ajuda ao Governo Lula e conseguiram nomeá-lo para a Delegacia Regional do Trabalho, mas sem resolver as dívidas que deixaram nas contas pessoais do ex-Tesoureiro da DS, o que continuou sendo motivo de renovadas quedas de braço entre os dois lados. Em 2007, Paulo Salazar saiu da DRT, e no ano seguinte desfilou-se do PT, mas só decidiu ir a Juízo contra os seus patrões depois que esgotou todas as tentativas amigáveis de receber de volta o que era seu, dois anos depois.

A ação trabalhista movida contra a organização Em Tempo foi apenas o ato preparatório da ação cível que moveria depois.

O ano de 2009 começou sob intensa boataria a respeito dos severos desentendimentos entre o ex-Tesoureiro da DS, a fração mais xiita do PT, Paulo Salazar, e seus antigos líderes, Raul Pont e Elvino Bohn Gass, mais o próprio Partido dos Trabalhadores. Ainda deram recentes os reflexos do escândalo do Mensalão. Na Assembleia do Rio Grande do Sul, o PT inicia os movimentos para o derradeiro assalto contra o Governo do PSDB.

As denúncias de Paulo Salazar, constantes dos autos da

ação trabalhista contra a organização Em Tempo e da ação civil ajuizada na 16ª. Vara Cível do Foro de Porto Alegre, tornaram-se finalmente públicas, porque a revista Veja de 17 de setembro de 2008 contou toda a escabrosa história em quatro enxutas páginas da reportagem, assinada pelo Jornalista Otávio Cabral. No Rio Grande do Sul, nenhum jornal, TV, rádio, site ou blog, atrevera-se a fazer o mesmo, mas todos repercutiram a reportagem de Otávio Cabral, logo em seguida processado junto com a revista, por ter ousado revelar o que ficou sabendo.

Na reportagem “ A Caixinha dos Radicais do PT”, o Jornalista Otávio Cabral não se limitou a contar as queixas de Paulo Salazar em relação a DS:

- No Rio Grande do Sul, a ala trotskista do partido radicalizou nos métodos de arrecadação ilegal de campanhas. Valia tudo: revenda de selos, uso de dinheiro público, notas frias...

A reportagem desnudou os métodos ilegais de arrecadação de dinheiro promovida pelo próprio PT do Rio Grande do Sul:

- O PT rendeu-se ao Caixa 2. Antes mesmo do dinheiro do Valerioduto, o PT do Rio Grande do Sul valeu-se da ajuda de bicheiros, barões do bingo, empreiteiros e concessionários de serviços municipais – gente de pouco potencial financeiro. Bnaq campanha de 2002, tudo mudou, porque o petista Olívio Dutra governava o Estado e o “financiamento” da DS, por exemplo, passou a ser estatal. A secretaria do Trabalho, aparelhada pela DS, alugou dez carros e quarenta celulares, usados na campanha 9de seus candidatos a Deputado, entre eles Raul Pont. No total, segundo Salazar, a operação rendeu R\$ 1 milhão. Pode parecer pouca coisa, se comparado às cifras monumentais do Mensalão, mas fica claro que os princípios morais dos envolvidos são os mesmos.

Foi um momento inconveniente para o PT, mas principalmente para os Deputados da DS, porque eles começavam a fustigar com incrível ferocidade a Governadora Yeda Crusius, a quem acusavam de improbidade administrativa, em função de desvios constatados no Detran. A credibilidade e

autoridade de todos eles foi colocada à prova logo no início dos trabalhos da CPI do PT. Era tudo o que não queriam.

Ao mesmo tempo em que respondiam à ação cível por danos material e moral ajuizada por Paulo Salazar, o PT e os Deputados Raul Pont e Elvino Bohn Gass trataram de sair da defensiva política e partir para a ofensiva. Foi isto que motivou Raul Pont, mas não Bohn Gass, a processar criminalmente Paulo Salazar, mas não a revista Veja e nem o repórter Otávio Cabral, tarefa que foi entregue à gráfica Comunicação Impressa, denunciada na reportagem da revista como uma das fornecedoras do Mensalão Gaúcho e contumaz freguesa de Paulo Salazar quando este precisava de notas frias para esquentar dinheiro da DS.